



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8979 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT11 - Política de Educação Superior

CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DE LICENCIATURAS EM NOVOS CAMPI DO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO

Maria Flavia Batista Lima - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Gladys Beatriz Barreyro - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DE LICENCIATURAS EM NOVOS *CAMPI* DO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO

Resumo

O presente texto discute a política de expansão de licenciaturas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), no período de 2009 a 2019. O texto é decorrente de pesquisa que analisou dados estatísticos, legislação, documentos e entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram realizadas com profissionais de alguns *campi* do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) e com gestores que participaram da elaboração da política em âmbito governamental. São apresentados resultados finais da pesquisa sobre a implantação e regulação da política no IFSP. A abertura de licenciaturas ocorreu sobretudo no interior paulista, o que privilegiou a ampliação da formação docente com padrão de qualidade referenciada em algumas regiões antes carentes de instituições públicas. Finalmente, revelou-se o papel estratégico dessa instituição no oferecimento de licenciaturas na área de exatas, pois possuem infraestrutura com laboratórios, iniciativas de pesquisa e corpo docente qualificado.

Palavras-chave: Licenciaturas. Formação de Professores. Política Educacional. Institutos Federais.

Introdução

O presente trabalho versa sobre a temática de oferta de licenciaturas nos Institutos Federais (IFs). É resultado de uma pesquisa desenvolvida em nível de doutorado que analisou o processo de ampliação desse tipo de curso em três novos *campi* do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), localizados no interior paulista. Tanto os IFs quanto a política para as licenciaturas foram estabelecidas pela Lei nº 11.892/2008, que reservou 20% das vagas dessas instituições em cursos de licenciatura e/ou programas especiais de formação pedagógica, principalmente nas áreas de ciências e matemática, e para a formação de professores da educação profissional (BRASIL, 2008; 2008a).

Verificou-se oferecimento crescente de licenciaturas no IFSP desde 2009, sendo que o edital de ingresso da instituição, no ano de 2019, apontou um total de 44 cursos de licenciatura [\[1\]](#) ofertados (1.840 vagas), dos quais 34 encontram-se no interior paulista e

distribuídos em 29 *campi* dos 36 existentes (IFSP, 2018).

A implantação de vários cursos de licenciatura em *campi* distintos, durante o próprio processo de ampliação do IFSP, levaram ao seguinte problema de pesquisa: como teria ocorrido a implantação desses cursos, considerando a expansão em um rápido período (2009-2019)? Nesses termos, foram analisadas as formas de regulação que favoreceram o estabelecimento de tal política, revelando características e significados de ampliar cursos de licenciatura em um modelo institucional que não possuía tradição em formação docente. A necessidade de estudos sobre os sentidos do recente lócus de formação docente na rede federal profissional foi indicada por Otranto (2012).

Este trabalho foi desenvolvido na perspectiva de interpretar como se deu a regulação da política de oferecimento de licenciaturas no IFSP, a partir do referencial de João Barroso (2005; 2006) sobre o processo de multirregulação das políticas educacionais, detalhado em três níveis: a regulação transnacional, a regulação nacional e a microrregulação local. Nesta pesquisa, o enfoque de análise foi direcionado aos atores dos níveis local e nacional.

Desse modo, o objetivo primordial consistiu na investigação dos processos de ajustamento dessa política, a partir da análise de ações e posicionamentos adotados pelos atores locais (profissionais do IFSP) e nacionais (gestores da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – Setec/Mec), para a expansão de licenciaturas, sobretudo durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

O estudo da proposta de oferta de licenciaturas no IFs ainda possibilitou a problematização de desafios e caminhos, desde o delineamento de uma política pública, até a sua implantação na esfera mais local (BARROSO, 2005; 2006).

Metodologia

Para este trabalho foram utilizados procedimentos metodológicos quantitativos e qualitativos. Primeiramente, a pesquisa envolveu o estudo de dados coletados nos Microdados do Censo da Educação Superior (2009-2019) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), sobre os cursos de licenciatura no Brasil, contextualizando a ampliação desses cursos nos Institutos Federais e com enfoque na instituição paulista.

Em um segundo momento, abarcou a coleta de documentos produzidos pelo Ministério da Educação e pelo próprio IFSP sobre o tema. Assim, os documentos utilizados nesta pesquisa englobaram desde as propostas governamentais que discutiram concepções dos Institutos Federais, até textos produzidos no IFSP, dos quais se destacaram: Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs), relatórios de gestão, editais e resoluções da instituição para os cursos de licenciatura.

A terceira etapa da pesquisa compreendeu a realização de entrevistas semiestruturadas com profissionais do IFSP e gestores da Setec-Mec e/ou membros do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) [2]. Em seguida, as entrevistas foram transcritas e organizadas em categorias de análise.

O processo de implantação das licenciaturas

Inicialmente, o levantamento de dados estatísticos identificou uma oferta expressiva de licenciaturas no IFSP (44 cursos); todavia, a análise qualitativa apontou que a criação desses cursos ocorreu de forma mais tardia no estado de São Paulo se comparada aos Institutos Federais das demais unidades federativas.

No conjunto dos Institutos Federais do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Espírito Santo, verificou-se que a maioria de licenciaturas foi criada no período de 2009 a 2012. Essa tendência também se repetiu para os IFs das regiões Nordeste, Norte e Sul. No IFSP, observou-se maior concentração de cursos novos entre os anos de 2016 a 2018 (INEP, 2020).

O principal motivo identificado para a morosidade na implantação de licenciaturas no IFSP foi a cultura técnica institucional do campus São Paulo, unidade mais antiga do antes Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo (Cefet-SP); tal condição foi ressaltada pelos entrevistados devido à resistência dos profissionais em alterar e incrementar o perfil dos cursos oferecidos.

Nessa lógica, os cursos técnicos marcaram o primeiro movimento de expansão nos novos *campi* inaugurados no interior paulista (2009-2012), sobretudo nos formatos concomitante e subsequente, modelos então priorizados pela gestão da instituição, após a transformação do Cefet-SP em IFSP. Segundo os entrevistados, isso ocorreu como reflexo da própria força política dos profissionais das chamadas áreas técnicas. Inclusive, os primeiros diretores indicados aos novos *campi* do IFSP atuavam antes no campus São Paulo do Cefet-SP e partilhavam dessa perspectiva.

A nova atribuição de formar professores até acirrou algumas disputas já existentes entre os profissionais das áreas técnicas e propedêuticas no IFSP. Por isso, os novos *campi* inaugurados no interior paulista demoraram para oferecer licenciaturas, ainda que configurasse prioridade na política governamental dos IFs. Nesse cenário, identificou-se também a morosidade na retomada do próprio ensino médio integrado. Assim, constatou-se resistência dos profissionais do IFSP na implantação da política instituída em âmbito federal, e, portanto, a princípio, prevaleceram as concepções hegemônicas no interior da instituição.

Em um segundo momento, a partir de 2014, alguns elementos foram centrais para a criação de licenciaturas: a) ampliação da contratação de profissionais licenciados de áreas de conhecimentos gerais para a atuação no ensino médio integrado, o que impulsionou debates em torno de projetos de licenciaturas; b) aumento da participação de profissionais licenciados na própria gestão da instituição; e c) o interesse de profissionais na carreira de nível superior.

Esse último aspecto foi central para o crescimento de licenciaturas no IFSP, ou seja, o interesse de atuação em nível superior conduziu muitos professores ao trabalho de construção e aprovação dos projetos nessa direção. A abertura de cursos para a formação de professores mobilizou, por sua vez, debates sobre a importância de conhecimentos pedagógicos nos currículos da instituição, o que colaborou para o avanço de algumas discussões antes focadas nos conteúdos específicos dos cursos.

Os primeiros cursos criados no IFSP foram licenciaturas em Física, Matemática e Química, seguindo a recomendação principal da Lei nº 11.892/2008. Todavia, os entrevistados abordaram que os cursos nessas áreas apresentam índices elevados de evasão; por isso também, em uma segunda fase de expansão, privilegiou-se o início de licenciaturas em outras áreas: Pedagogia e Letras. Os gestores entrevistados assinalaram que os próprios diretores dos *campi* do IFSP perceberam que a abertura de licenciaturas nesses dois últimos cursos poderia apresentar menos evasão que nas licenciaturas da área de exatas; além disso, Pedagogia e Letras apresentavam maior demanda de alunos, exigiam menos infraestrutura, e, portanto, ajudaram a diminuir a resistência aos cursos destinados à formação de professores.

A contratação de profissionais licenciados foi identificada como um elemento-chave para o avanço das licenciaturas e ainda para as discussões relacionadas à importância da retomada e ampliação do ensino médio integrado.

Ademais, outros instrumentos estabelecidos pela Setec-Mec foram centrais para o desenvolvimento da política de licenciaturas, em especial, o Termo de Acordo de Metas (TAM)[3], em 2009, que condicionou o recebimento de recursos ao cumprimento das metas e dos percentuais de vagas dispostos na Lei nº 11.892/2008. Conforme apontado pelos gestores da Setec, esse termo foi estabelecido pela secretaria a partir de orientações do Tribunal de Contas da União (TCU), que identificou aumento significativo do orçamento da Setec e, em vista disso, a necessidade de acompanhar e identificar a eficiência do uso de recursos públicos.

Também em âmbito nacional, foi estabelecida fração superior de recursos relacionados ao custo-aluno de licenciaturas, no documento denominado Matriz Orçamentária da Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológico para 2017, com intuito de incentivar a oferta de licenciaturas nos IFs (CONIF, 2016). Tal valor de custo-aluno é definido pelo Conif como critério para a distribuição dos recursos orçamentários apontados pelo Ministério da Educação, conforme ainda as especificidades dos diferentes cursos dos IFs. Esse mecanismo teria sido adotado como incentivo para enfrentar a evasão identificada em cursos de licenciatura da área de exatas (Física, Matemática e Química).

Os elementos descritos confirmam a influência de atores em âmbito nacional e local em uma certa política pública, como indicado por Barroso (2005; 2006), incluindo ajustamentos durante o seu desenvolvimento.

Em síntese, após dez anos da expansão do IFSP, observou-se que a maioria dos cursos de licenciatura são da área de exatas e foram implantados especialmente em regiões do interior. Algumas cidades paulistas, em que foram implantados *campi* do IFSP, contavam anteriormente apenas com a oferta de licenciaturas em IES privadas de qualidade duvidosa ou nem mesmo possuíam IES com esse tipo de curso. Durante a pesquisa foi identificado, inclusive, o fechamento de licenciaturas em duas IES privadas no interior de São Paulo, depois do início dos cursos do IFSP.

Verificou-se que o crescimento do IFSP significou possibilidade de ampliação da educação superior pública, que contribuiu com a formação de professores especialmente das áreas de Física, Matemática e Química. Além disso, identificou-se corpo docente titulado sobretudo em nível de mestrado e doutorado, infraestrutura com laboratórios e iniciativas de pesquisa e extensão que favorecem a realização de licenciaturas com padrão de qualidade.

Nesse sentido, destaca-se a questão estratégica do modelo de IF para a ampliação de formação de professores em cursos gratuitos e públicos, considerando ainda a localização privilegiada de *campi* em regiões do interior do país. Por último, o conjunto dos IFs oferecem majoritariamente cursos presenciais, no cenário preocupante de transferência crescente de licenciaturas do ensino presencial para o formato a distância realizado pelas IES privadas.

Referências

BRASIL. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). **Concepção e Diretrizes**: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, jun. 2008, 23p.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 30 dez. 2008a.

_____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). **Termo de Acordo de Metas e Compromissos**. Brasília, mar. 2009 (mimeo).

BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, Especial, out. 2005.

_____. O Estado e a Educação: a regulação transnacional, a regulação nacional e a regulação local. In: BARROSO, J. (Org.). **A regulação das políticas públicas de educação: espaços, dinâmicas e actores**. Lisboa, 2006, p. 41-67.

CONIF. **Metodologia da Matriz Orçamentária da Rede de Ensino Profissional e Tecnológico 2017**. Brasília, ago. 2016, 37p.

IFSP. **Edital nº 813 de 29 de novembro de 2018**. Torna público que a seleção de estudantes para provimento de vagas nos cursos de graduação oferecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP, para ingresso em 2019. Nov. 2018. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br>. Acesso em: fev. 2019.

INEP. **Microdados do Censo da Educação Superior 2008-2019**. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>. Acesso em: dez. 2020.

OTRANTO, C. R. Reforma da educação profissional no Brasil: marcos regulatórios e desafios. **Revista Educação em Questão**, v. 42, n. 28, p.199-226, jan./abr. 2012.

[1] São eles: um curso de licenciatura em Ciências Naturais, um em Geografia, quatro em Ciências Biológicas, quatro em Pedagogia, sete em Física, seis em Letras, oito em Química e treze em Matemática (IFSP, 2018).

[2] Conselho composto por reitores dos Institutos Federais.

[3] O TAM foi um documento assinado pelo secretário da Setec e pelo reitor de cada um dos IFs, com duração de quatro anos e com posterior redefinição de metas (BRASIL, 2009). Segundo os gestores entrevistados, foi um instrumento utilizado no início da implantação dos IFs como forma de avançar as políticas dispostas na Lei nº 11.892/2008. Quando as principais delas avançaram, o termo não foi mais renovado, situação indicada em meados de 2016.